

## A responsabilidade civil do estado por erro judiciário: uma análise sobre os critérios utilizados na reparação do dano e sua eficácia

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

### Autores

Stefânia Camila Ferreira de Andrade Passos

### Orientação

Walker Oliveira Gomes

## Resumo

O presente artigo busca tratar do Erro Judiciário em casos de prisão indevida e a Responsabilidade Estatal dele decorrente, realizando uma análise sobre quais são os critérios utilizados na reparação do dano, tal como a fixação da indenização e sua eficácia. O objetivo principal é examinar quais os critérios utilizados para efetiva reparação dos danos causados por atos jurisdicionais, e se a indenização fixada é de fato eficaz. Como objetivos específicos, buscou-se o conceito de “erro judiciário”, bem como responsabilidade do Estado quando o mesmo ocorre, ademais, será analisado fielmente o famoso caso dos “Irmãos Naves”, considerado o maior erro judiciário na história do Brasil, instituindo uma comparação com a jurisprudência atual quanto aos critérios aplicados para reparação do dano decorrente de erro judiciário. Analisa-se ainda, os critérios utilizados para indenização em 1937, com o intuito de verificar se os mesmos permanecem semelhantes aos atuais. Inicia-se a presente pesquisa com o método hipotético-dedutivo, advindo de pesquisa bibliográfica, exame de jurisprudências, doutrinas, artigos e leis, e finaliza-se com o método indutivo, visto que, a formulação geral do presente artigo, foi construída conectando elementos ligados ao assunto abordado.

**Palavras-chave:** Erro judiciário. Prisão Indevida. Dano. Responsabilidade Estatal. Indenização. Eficácia.

## A reparação civil no ordenamento jurídico brasileiro em razão do abandono afetivo inverso a luz do princípio da dignidade da pessoa humana

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

### Autores

Raiany Santiago Dos Santos

### Orientação

Walker Oliveira Gomes

## Resumo

Analisa-se, neste artigo, o estudo sobre o abandono afetivo dos idosos pelos seus familiares, na pretensão de reparação civil decorrente da falta de afeto. Abrangendo os princípios constitucionais do Direito de Família e o princípio da dignidade da pessoa humana os quais se originam da Constituição Federal. Destacando a importância dos princípios, direitos e garantias constantes que são de caráter universal e que trazem em seu bojo, os preceitos básicos das normas elencadas na Constituição brasileira. Acentuando a relevância do princípio da afetividade como principal fundamento das relações familiares. A partir da caracterização do dano moral, alicerçado nos princípios do Estatuto do Idoso, os parentes devem arcar com a reparação civil, com garantia de uma compensação pela falta de afeto devida. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, artigos científicos sobre os temas, bem como da legislação nacional para obtenção das conclusões.

**Palavras-chave:** Abandono afetivo. Princípio da dignidade da pessoa humana. Reparação civil. Estatuto do Idoso.